

A PRÁTICA RESPONSÁVEL E AS ESTRUTURAS CURRICULARES DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO RECIFE/PE NO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

*HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS' RESPONSIBLE PRACTICE AND
CURRICULAR STRUCTURES IN RECIFE/PE FOR
BUSINESS ADMINISTRATION COURSES
FROM THE PERSPECTIVE OF EDUCATION FOR SUSTAINABILITY*

Recebido em: 17/10/2011 Aprovado em: 09/12/2011

Avaliado pelo sistema *double blind review*

Editora Científica: Manolita Correia Lima

MINELLE ENÉAS DA SILVA
minele.adm@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL**

ANA PAULAMACHADO CORRÊA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RESUMO

Os estudos relacionados com o desenvolvimento sustentável vêm evoluindo e com eles as questões pertinentes à necessidade de mudança de atitude do indivíduo como responsável pela efetivação dessa nova forma de desenvolvimento. Para a melhor compreensão dessa ideia, a educação passa a ser entendida como um instrumento importante para a efetivação de um pensamento capaz de fornecer as informações necessárias para a conscientização coletiva sobre as práticas que devem ser desenvolvidas, tanto nos anos iniciais de formação do cidadão-consumidor, quanto na continuidade educacional nas Instituições de Ensino Superior (IES), na construção da sociedade. Nessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo analisar como a educação para a sustentabilidade vem sendo abordada nas IES do Recife, no curso de Administração. Utilizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa realizada por meio de entrevista semiestruturada junto a representantes do curso de Administração nas instituições selecionadas. Com base na análise de conteúdo para a compreensão da temática, foram apresentadas possíveis alternativas no sentido de contribuir para que a educação para a sustentabilidade possa estar presente em grande parte dos componentes curriculares nas instituições.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; educação; Instituições de Ensino Superior.

ABSTRACT

Studies related to sustainable development have been evolving and with them the issues pertinent to the need for change in the individual's attitude as the one responsible for the realization of this new form of development. To better understand this idea, education is understood as an important tool to set up a way of thinking that can provide the information required for raising awareness about the practices that should be developed, both in the initial educational years of the citizen-consumer, as the continuing education in the Higher Education Institutions (HEIs), in the forming of society. This article aims to examine, from this perspective, how sustainable development education has been addressed in Recife's HEIs. An exploratory-descriptive study was conducted through qualitative, semi-structured interviews with representatives from the Administration course of the selected institutions. Based on thematic analysis to understand the subject, possible alternatives were presented in order to contribute to sustainable development education being present in many of the institutions' curricular components.

Keywords: sustainable development; education; Higher Education Institutions.

INTRODUÇÃO

O caráter individualista do ser humano e o consumismo fora do limite, que tem sido observado, surgem como reflexo ao bombardeio de pressões e estímulos sofrido pelo homem, em meio ao sistema capitalista ao qual está submetido, e indicam a necessidade de busca por alternativas capazes de minimizar os impactos sobre o meio ambiente. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável emerge como intenção positiva para essa mudança ao ter entre os seus princípios a busca pela harmonização entre os aspectos econômico, social e ambiental (SACHS, 2007; VAN BELLEN, 2005).

A ideia de desenvolvimento sustentável focaliza, segundo Irmão (2006, p.17), “a qualidade de vida da população, transcendendo o conceito convencional da riqueza material e incluindo na análise a preocupação sobre meio ambiente e meio social para avaliar a sustentabilidade para as gerações futuras”. Essa forma de desenvolvimento tem como objetivo estimular as responsabilidades éticas, à medida que a ênfase em aspectos que não sejam econômicos serve para levar em consideração os relacionados com a equidade e a justiça social (JACOBI, 2003).

Para que uma sociedade se desenvolva sustentavelmente, é necessária a preocupação coletiva em satisfazer as necessidades atuais sem que isto comprometa as gerações futuras. Ou seja, é preciso utilizar os recursos do planeta de forma que seu impacto prejudique o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e a sociedade. Assim sendo, o combate ao desperdício de materiais e a garantia de economia de recursos importantes como água e energia são exemplos do uso inteligente e comedido dos recursos naturais.

De fato, se há a possibilidade de um desenvolvimento endógeno, autossuficiente, orientado para as necessidades, em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais (SACHS, 2008), por que não praticá-lo? Uma resposta razoável pode ser apresentada pelo fato de a educação ofertada não permitir, mesmo sendo este o maior recurso para Schumacher (2001), o alcance desse novo desenvolvimento.

A educação pode ser utilizada como força transformadora, na medida em

que consegue apresentar novas visões de mundo, ao fornecer os princípios e valores de forma equitativa para todos os indivíduos, de forma que consiga desenvolvê-los como cidadãos perante a sociedade (BAPTISTA, 2009). Nesse sentido, as ações praticadas com tal intuito devem permear uma “ideologia” maior, devem apresentar as diversas facetas existentes para que o processo, já que, como afirma Boff (1999), “uma nova ética nascerá de uma nova ótica”.

Para tanto, entendendo ser necessário o maior envolvimento da sociedade, com questões contemporâneas que vêm surgindo e com o intuito de que a mesma consiga ter a capacidade de discernimento sobre essas novidades, a partir do momento em que os aspectos de desenvolvimento sustentável começam a surgir como alternativa ao sistema atual, todos devem compreender qual o significado que o mesmo representa.

Nesse sentido, para que essa nova forma de pensamento, o sustentável, consiga ser repassada, a educação ambiental, bem como a educação para a sustentabilidade têm papel importante, na medida em que, de acordo com os seus critérios fundamentais, demonstram maior sensibilidade e disposição na luta para solucionar problemas da sociedade. Isso porque possui como objetivo a busca por um novo modo de pensar, no qual o indivíduo se reconhece como cidadão capaz de alimentar a ideia da solidariedade, da igualdade e do respeito à diferença dentro do contexto de desenvolvimento (JACOBI, 2005).

Assim, assumindo esse novo papel, com base no reconhecimento das diferentes características e práticas existentes no ambiente, o indivíduo-cidadão possui um leque maior de informações para que possa realizar da melhor maneira possível, os reflexos éticos por ele apreendido, as suas escolhas frente a essa possível realidade. Para tanto, faz-se necessário que haja uma abordagem pedagógica condizente com os aspectos a serem transmitidos. Com isso, considera-se como representativa a prática da educação para a sustentabilidade.

Para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), órgão no âmbito do Ministério da Educação (MEC), a educação não pode se separar de questões como desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável; é necessária uma abrangência na atuação

e disseminação desses aspectos. Nesta perspectiva, o papel da educação superior é dar continuidade a este trabalho, criando oportunidades para os alunos desenvolverem progressivamente suas ações direcionadas à sustentabilidade. Quando se fala em ensino superior, de acordo com a Lei nº 9.394/1996, que alterou o Sistema Federal de Ensino Superior, englobam-se universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores.

As Instituições de Ensino Superior (IES) podem estudar os temas socioambientais, bem como disponibilizar informações sobre estas questões. Elas são reconhecidas como espaço para a produção do saber, ou seja, “congrega em suas pesquisas a busca de soluções para os problemas socioambientais, haja vista ser inclusive um *locus* importantes de denúncia e de conscientização” (MORAES, 1999 apud CASTRO et al., 2002, p.163).

Nesta perspectiva, questiona-se: será que os alunos das Instituições de Ensino Superior de Recife-PE estão sendo bem orientados a respeito da importância de um desenvolvimento sustentável? Apoiado nessa pergunta de pesquisa, o presente estudo tem por objetivo analisar como a educação para a sustentabilidade vem sendo abordada nas Instituições de Ensino Superior do Recife-PE no curso de Administração, levando em consideração suas práticas de responsabilidade e as estruturas curriculares.

A temática sustentabilidade encontra desafios no modo de vida da sociedade atual, dando margem à necessidade de adoção de práticas coletivas baseadas na educação, possibilitando um maior acesso à informação e, portanto, expandindo a possibilidade de participação popular na fiscalização e no controle das práticas governamentais e empresariais (JACOBI, 2003). Isso facilita também a mudança de hábitos, pois cidadãos mais conscientes têm maiores chances de modificar a atual degradação socioambiental.

Para efeito de pesquisa, foram consideradas Instituições de Ensino Superior, que trabalham com o curso de administração, vinculadas ao MEC, já que o mesmo reforça a visão sistêmica de educação, com ações integradas na educação superior. Após a seleção das instituições, entrevistas foram realizadas com coordenadores ou professores do curso, para que fosse possível compreender se os alunos estão sendo bem orientados sobre

o desenvolvimento sustentável. Num segundo momento, foram analisados os *web sites* das instituições para que fosse possível a realização da análise das estruturas curriculares, no sentido de reconhecer como as instituições atuam e indicar como poderiam atuar.

A fim de facilitar a compreensão da pesquisa proposta, este trabalho está dividido em quatro partes distintas, além dessa introdutória. No segundo momento é apresentada uma discussão teórica que engloba os aspectos de desenvolvimento sustentável e da educação para a sustentabilidade. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo. Já, na parte final do trabalho, são apresentados os resultados que foram encontrados com as respectivas análises, para que se torne possível a realização das considerações finais do estudo.

DISCUSSÃO TEÓRICA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É possível perceber quão intenso se encontram os resultados da ação humana sobre o meio ambiente; diferentes desastres e catástrofes ambientais ao longo do tempo demonstram os impactos negativos dessa relação. No entanto, também são notáveis as inquietações da sociedade, no contexto global. O movimento ambientalista, por exemplo, iniciado na década de 1960 e seguido por outros marcos como a criação do Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo (DIAS, 2003) surgiu como uma reação ao cenário ambiental degradante que se apresentava e serviu para disseminar na comunidade internacional a preocupação ambiental e os aspectos relacionados com a qualidade de vida e com o futuro da humanidade.

No entanto, não foi apenas a dimensão ambiental que foi prejudicada com o passar dos anos; diferentes economias foram abaladas e problemas sociais foram evidenciados. Tudo isso são reflexos da má atuação de toda a população em relação às questões pertencentes à coletividade. Cada vez mais se clarifica a necessidade de mudança na forma de desenvolvimento ao qual se está submetido, por entender que o pensamento capitalista traz a ideia de abundância de recursos, bem como incentiva as práticas individualistas causando, entre outras consequências, a intensificação do consumismo, ou seja, aquele consumo extravagante de bens e serviços (GIACOMINI FILHO, 2008). Deve-se buscar, nesse sentido, mudar a visão de um desenvolvimento “feroz”, com o foco na riqueza, para um novo meio, mais “amigável” com uma combinação de atividades harmônicas (SEN, 2000).

O desenvolvimento sustentável surge, desse modo, como alternativa possível, em se considerando que um conjunto de ações deve ser praticado para a efetivação do mesmo. Seu conceito mais completo foi definido no Relatório de *Brundtland*, no qual é entendido como “um processo de mudança em que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia” para que as necessidades humanas possam ser

satisfeitas atualmente e no futuro (WCED, 1987).

Apesar de esse conceito científico demonstrar um caráter sistematizado de como alcançá-lo, deve-se buscar sua visualização baseada em uma nova lente. Isso ocorre, pois o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como bem alternativo na busca de uma sociedade equitativa, um ambiente equilibrado e uma economia eficiente, aspectos que norteiam os princípios essenciais definidos. É necessária a compreensão de que o bem-estar da sociedade deva ser considerado como a preocupação principal a curto, médio e longo prazos, nas diferentes dimensões desse novo desenvolvimento (SACHS, 2007).

Considerando a evolução da forma de desenvolvimento praticada, é notável a dificuldade que essa nova perspectiva sustentável enfrenta, por envolver aspectos que vão além das características habituais, estando relacionado com uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e dos indivíduos em direcionar-se nesse sentido (VAN BELLEN, 2005). Desse modo, as ações da sociedade devem enveredar por um caminho no qual a coletividade ganhe e a continuidade da presença humana em aspectos globais possa ser alcançada de forma efetiva.

A mudança nas interações sociais inerentes ao sistema de desenvolvimento adotado relaciona-se com a reestruturação na cultura social, nas práticas de consumo da população, na forma de atuação das organizações (públicas e privadas) de maneira tal, que são necessárias ações de longo prazo, com impactos imediatos e resultados visíveis em médio prazo. Este fato é corroborado por Schumacher (2001) quando afirma que o problema deve ser entendido em sua totalidade, buscando reconhecer e desenvolver um novo estilo de vida, com novos métodos de produção e novos padrões de consumo.

Nesse contexto de mudança, com a necessidade de reestruturação nas formas de produção e consumo, um dos aspectos, que emerge como fator intermediário entre a prática atual e a de um desenvolvimento sustentável, está relacionado com a questão do consumo sustentável, este compreendido como o padrão de consumo resultante da inter-relação entre atores sociais, direcionado para esse novo desenvolvimento (SILVA, 2010). Discute-se que

caso cada um desses atores, em suas áreas de atuação, desenvolva seu papel de modo efetivo, torna-se mais visualizado o alinhamento da prática sustentável na sociedade.

Na visão de Buarque (2008, p. 70), “essa transição de um estilo insustentável para um sustentável, deve enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas transformadoras da base da organização da sociedade e da economia”. Assim sendo, ações devem ser postas em prática de maneira tal que a mudança na forma de desenvolvimento seja mais bem usufruída por toda a sociedade. De fato, para que a nova visão sustentável possa ser posta em prática, deve-se modificar a percepção da população nesse sentido, uma vez que a mesma é a co-responsável pela ação de mudança.

Para tanto, a ideia de co-responsabilidade deve ser trabalhada nas várias fases do processo educacional da população. A educação surge como fator de destaque na construção de uma visão cidadã quanto às questões pertinentes a esse aspecto, uma vez que se necessita entender as diferentes formas de prática individual em relação às questões coletivas, tendo em vista o caráter da participação de todos em um mesmo *habitat*. Para Baptista (2009), “a educação incentiva valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável”, fortalecendo a capacidade de reflexão orientada para o futuro.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

A educação constitui um dos vários modos de se obter conhecimento sobre os problemas da vida contemporânea. Considerando-a como o aspecto desenvolvedor de uma nova visão no indivíduo-cidadão, deve-se buscar a essência referente ao aspecto transformador que a mesma possui, de modo que, seus resultados estejam envolvidos com um caráter desenvolvedor da sociedade. Na visão de Paulo Freire (1979), a educação relaciona-se com a busca constante por um saber, no qual o homem sabe-se inacabado e busca uma resposta da finitude da infinitude, ou seja, procura sua evolução continuamente.

Essa busca pela educação está condicionada à maneira de desenvolvimento

ao qual se está inserido, uma vez que o mesmo condiciona sua direção pedagógica e política (JACOBI, 2005). Assim, com o surgimento das discussões sobre desenvolvimento sustentável como forma de agente norteador das ações a serem praticadas, uma nova abordagem para a educação precisou ser criada, a educação para a sustentabilidade, para uma conscientização coletiva (GADOTTI, 2005).

O respeito pela natureza pode levar ao reconhecimento de novas formas de solidariedade e respeito pelo outro, seja esse outro a natureza ou as culturas dos povos e nações (GRÜN, 2006). Nesse sentido, é que se insere a questão das discussões sobre o ensino direcionado para a sustentabilidade. Entre os estudos desenvolvidos nessa área, Gadotti (2000) faz uma análise sobre as diferenças educacionais existentes no ensino brasileiro e indica que o desenvolvimento individual é o processo que permeia tanto a educação tradicional como a nova concepção, mas que o deslocamento do enfoque individual para o social, político e ideológico na nova perspectiva é marcante.

Assim sendo, a educação demonstra ter caráter sistêmico, o que tende a contribuir para o desenvolvimento integrado. No entanto, mostra-se como um processo complexo e abrangente, por envolver uma grande quantidade de variáveis, que devem ser conciliadas ou consideradas, e por possuir inúmeras maneiras e áreas a explorar (TOZONI-REIS, 2004). Justamente por ser ampla e por se apresentar em várias dimensões, pode ser desdobrada em vários campos que proporcionam maior ou menor destaque para diversos assuntos.

Na visão de Pereira et al. (2007), essa educação surge como uma proposta voltada para a conscientização do homem de que existe uma relação de dependência do mesmo com o ambiente. Gadotti (2005), por sua vez, afirma que não há preocupação apenas com uma relação saudável com o meio ambiente, mas com o sentido mais profundo do que se faz com a existência, baseado na vida cotidiana, facilitando a efetivação da nova forma de desenvolvimento. Em um primeiro momento, a prática educacional pautava-se por repensar a relação sociedade e natureza, e pela necessidade de intervenção política e cultural, surgindo assim as primeiras iniciativas de Educação Ambiental (MORALES, 2008).

Ainda conceituando a temática, Pernambuco e Silva (2006) afirmam que a Educação Ambiental (EA) é uma educação interdisciplinar de saberes e atitudes, que dialoga com novos problemas e produz reflexões, concepções, métodos e experiências, construindo novas bases para conhecimentos e valores. É portadora de uma nova sensibilidade e uma postura ética, comprometida com um projeto de cidadania, e ainda pode ser observada como multidisciplinar, já que sua abrangência permite que possa ser inclusa em diferentes disciplinas. Diante disso, Morales (2008) indica que ela pode ser considerada como componente educativo essencial na tentativa de provocar ação consciente, crítica e transformadora em relação à compreensão do ambiente.

No Brasil, a Educação Ambiental começou a se estabelecer nos meios educacionais depois da instituição da Política Nacional de Educação Ambiental (1999), que instituiu a necessidade de incluir conteúdos ecológicos nos diversos níveis de formação educacional. Esse fato abriu espaço para a temática Educação Ambiental nos cursos de nível superior. Percebia-se, a partir desse momento, que não só as instituições de ensino fundamental e médio tinham a Educação Ambiental em seus currículos, como também os cursos universitários passaram a incluí-la em seus programas.

Porém, não foram apenas os meios legais que permitiram o crescimento da EA no Brasil, como também o despertar da sociedade civil para os problemas sociais e do meio ambiente, no qual a Educação Ambiental torna-se fundamental para começar a resolver os problemas resultantes da negligência política em alguns sentidos (IRMÃO, 2006). Hoje, a Educação Ambiental deixou de ser uma preocupação restrita a profissionais envolvidos com esta temática. Como afirma Santos (2007), uma parcela dos cidadãos (aquele que é membro da sociedade e considera sua interferência na mesma) passou a perceber a necessidade de mudanças nas suas atitudes e nas dos demais participantes do contexto social, considerando que sem essas a vida no planeta estaria ameaçada (GRANGEIRO, 2009).

Essa ideia baseia-se na necessidade de se trabalhar com a cidadania, que pode ser consagrada como o respeito ao indivíduo (SANTOS, 2007). Nesse sentido, como forma de despertar uma nova percepção, a educação surge

como ferramenta importante, já que sua eficiência para formar cidadãos é comprovada, e poderá ser utilizada, por exemplo, para conscientizar quanto à forma de consumir para se obter um desenvolvimento sustentável na sociedade. Aragão Neto (2010) confirma a importância da Educação Ambiental ao afirmar que esta, quando presente na vida das pessoas, serve de instrumento de viabilização para que as futuras gerações sejam menos consumistas e mais racionais, importando-se com as necessidades coletivas em detrimento do individualismo e do consumo compulsivo.

Vale salientar, no entanto, que apesar de todas essas considerações, atualmente entende-se que as abordagens tradicionais e até a de educação ambiental não conseguem abranger a complexidade existente na questão sustentável, em se considerando a necessidade de identificação de um novo perfil de indivíduo. Nesse sentido, gradativamente os estudos que envolvem a questão educacional indicam não mais apenas a existência de uma educação ambiental, mas a efetividade da educação para a sustentabilidade supracitada. Daí surge a necessidade do desenvolvimento de estudos que demonstrem essa nova realidade.

Entre os diferentes níveis possíveis de abordagens educacionais que envolvem a educação para a sustentabilidade, identifica-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem um papel de extrema importância na continuidade de ensino direcionado nesse sentido, partindo da ideia de existência prévia do mesmo. Para Salgado e Cantarino (2006), o ambiente das Instituições de Ensino Superior é fértil para iniciativas de colaborar para uma sociedade baseada em comportamentos responsáveis, seja ambiental ou socialmente. Essa ação envolve o papel de estimular debates na formação de cidadãos e transformação da sociedade.

Nesse sentido, percebe-se que as instituições devem estar envolvidas nesse novo contexto educacional de modo a facilitar o reconhecimento dos aspectos do desenvolvimento sustentável para toda a sociedade. Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) deu os primeiros passos para a criação da responsabilidade das Instituições de Ensino Superior para um desenvolvimento sustentável, por meio dos documentos associados às Conferências em Desenvolvimento Humano (1972) e em Ambiente e

Desenvolvimento (UNCED), que continham medidas a serem assumidas por estas instituições.

Entre os diferentes encontros que ocorreram, e com documentos resultantes que abordaram várias questões sobre as ações das IES para o desenvolvimento sustentável, encontra-se o Programa Copernicus, lançado pela Conferência dos Reitores da Europa, em 1988, que foi um programa de cooperação europeia para a pesquisa sobre natureza e a indústria. No ano de 1994, instituiu-se a chamada Carta Copernicus, que definiu dez princípios relacionados ao desenvolvimento sustentável a serem adotados pelas universidades.

Esses princípios compreendem: compromisso institucional; ética ambiental; educação dos funcionários universitários; programas de educação ambiental; interdisciplinaridade; disseminação do conhecimento; redes de trabalho; parcerias; programas de educação contínua e transferência tecnológica; salientando os diferentes papéis que devem ser desenvolvidos pelas instituições, enquanto responsáveis por estimular o conhecimento do desenvolvimento sustentável. Percebe-se, assim, serem justificáveis os estudos relacionados com o ensino direcionado para o desenvolvimento sustentável nas IES.

Dentro desse contexto, ao compreender a necessidade de reestruturação no modelo desenvolvimentista utilizado, bem como o redirecionamento dos padrões de produção e consumo para uma visão sustentável, que pode ser efetivada com base na ideia de educação como fator modelador nesse sentido, uma análise de como a temática está sendo abordada no curso de administração das Instituições de Ensino Superior, para a disseminação dessas informações, sugere a ideia de mudança e a efetivação na prática desse tipo de educação para a sustentabilidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de analisar como as Instituições de Ensino Superior localizadas em Recife-PE abordam a educação para a sustentabilidade no curso de Administração, a presente pesquisa pode ser caracterizada por duas etapas distintas. A primeira delas, a fase exploratória, buscou identificar quais IES da capital pernambucana possuíam cursos de Administração em seu leque de atuação. A seguir foi realizada a etapa descritiva para o atendimento do objetivo proposto. A abordagem utilizada é a pesquisa qualitativa, pois permite enfatizar as particularidades de um tema em termos de seu significado para o grupo pesquisado, bem como uma compreensão detalhada do objeto de estudo (OLIVEIRA, 2005).

Para a compreensão do fenômeno, no primeiro momento procedeu-se à identificação, segundo o Ministério da Educação – MEC, de todas as instituições que eram reconhecidas e que trabalhavam com o curso de Administração. Após identificar o total de 26 (vinte e seis) IES com esse perfil, e depois do contato inicial, a pesquisa foi realizada com 9 (nove) das instituições credenciadas, considerando que essas se mostraram dispostas a colaborar com a pesquisa. Como método de verificação para a coleta de dados selecionou-se a realização de entrevistas, que foram complementadas com a análise das páginas da *web* de cada instituição, com o intuito de identificar os componentes curriculares e as ementas das respectivas disciplinas.

A utilização das entrevistas para a coleta de dados deu-se considerando que a mesma permite um resultado rico em termos descritivos, ilustrativos, explicativos e analíticos, já que envolve uma maior profundidade na comunicação entre o pesquisador e o entrevistado (LIMA, 2004). Nesse contexto, optou-se pela entrevista do tipo semiestruturada, com roteiro elaborado em consonância com a teoria, sendo possível, ao mesmo tempo, padronização nos questionamentos realizados e flexibilidade na obtenção de dados, possibilitando uma boa compreensão do fenômeno de acordo com a visão dos entrevistados.

O roteiro de entrevista foi respondido por coordenadores ou professores,

que podiam representar a IES na presente pesquisa, e que se apresentaram disponíveis. Para preservar as instituições, caso sejam apresentados dados que não estejam alinhados com os objetivos da educação para a sustentabilidade, optou-se pela utilização de pseudônimos, substituindo o verdadeiro nome identificador das instituições de ensino superior por letras do alfabeto, por exemplo, Instituição A.

As perguntas respondidas pelos coordenadores ou professores foram elaboradas com assuntos que direcionam ao entendimento do modo como a temática é passada aos alunos por toda a grade curricular, bem como quanto às práticas responsáveis das instituições junto à sociedade. Esta pesquisa, portanto, demonstra a situação diagnosticada, no período do mês de junho de 2010, ou seja, a maneira como as Instituições de Ensino Superior do Recife estão abordando o tema no curso de administração.

A análise dos dados baseou-se numa análise temática de conteúdo (BARDIN, 2009), tanto das entrevistas como das estruturas curriculares para identificar, primeiramente, como a temática está sendo trabalhada nestas instituições e, posteriormente, reconhecer suas práticas. Nos casos em que a abordagem do tema está presente de forma direta, foi realizada uma investigação da forma como esse tema é transmitido aos alunos, professores e demais funcionários da IES, e, caso contrário, foram feitas inferências de como isso poderia ser abordado por parte da instituição, ao se analisar como as diferentes disciplinas podem incluir a temática no seu programa pedagógico.

Essa análise baseia-se diretamente nas argumentações teóricas, que estão relacionadas com a temática, de modo a efetivar a análise proposta e a facilitar a possibilidade de sugestões e recomendações. Para a obtenção de um melhor subsídio de informações, o aspecto basilar para a análise dos resultados está centrado nos princípios de ação descritos na Carta Copernicus (KRAEMER, 2004). O programa desenvolve a sua própria estratégia de ação para que as IES alcancem os objetivos que lhes cabem e cumpram sua missão básica de formar as futuras gerações de cidadãos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A educação para a sustentabilidade deve ser abordada pelas Instituições de Ensino Superior, com o intuito de dar continuidade ao processo de construção de um pensamento responsável, para que o contexto educacional ofertado possibilite o surgimento do indivíduo-cidadão. Torna-se pertinente, então, identificar como este aspecto está sendo abordado pelas instituições, de modo que fique claro o papel desenvolvido como disseminador do conhecimento. Nota-se que nas instituições pesquisadas a temática, em sua maioria, é repassada de modo transversal para o alunado em diferentes disciplinas da estrutura curricular e em eventos promovidos pelas IES.

No entanto, é válido ressaltar que há diferentes maneiras de como as instituições se posicionam sobre o tema e como o transmitem aos alunos, podendo ser apresentado por palestras ou disciplinas obrigatórias ou eletivas, diretamente voltadas para o tema ou que apresentem imersão de conteúdo em áreas que não estejam associadas com a temática. Das instituições pesquisadas, cinco têm disciplinas que tratam o desenvolvimento sustentável especificamente. Seriam exemplos: Gestão Ambiental, Condições do Trabalho e Meio Ambiente, Responsabilidade Social Corporativa, e Governança e Responsabilidade Socioambiental Empresarial, em sua maioria, eletivas no curso.

Apenas na Instituição A foram encontradas disciplinas específicas do tema com caráter obrigatório na ementa. Contudo, o coordenador do curso afirma que o desenvolvimento sustentável está presente em algumas outras disciplinas, mas não em todas como no caso da estratégia, por exemplo. Ainda no tocante à disposição de disciplinas sobre o tema, o entrevistado da instituição I afirmou que está sendo feita “uma revisão para discutir a grade curricular e ver as novas dificuldades que se tem com relação a determinadas áreas específicas”, o que pode ampliar a quantidade de disciplinas que abordem o tema. Já na Instituição F, identifica-se a existência de várias disciplinas que contemplam o tema, como as da área econômica, social e ambiental.

É importante ressaltar que em todas as instituições a iniciativa de estudar

em sala de aula os assuntos pertinentes à temática, imersa no conteúdo de diferentes disciplinas, é dos professores, que possuem autonomia para abordar temas que se relacionem com a ementa. O coordenador da Instituição E, por exemplo, afirma que a inclusão dessa temática “é mais uma atitude individual dos professores”. Na maioria das vezes em que é abordada, segundo os próprios entrevistados, está presente na disciplina de Administração em *Marketing*, embora também seja discutida em disciplinas como empreendedorismo, planejamento, produção e administração estratégica. Sendo assim, a educação para a sustentabilidade na educação formal apresenta-se como multidisciplinar, já que pode abranger diferentes áreas.

Ainda, nesse sentido, remetendo-se à importância do tema, o entrevistado da Instituição D afirma que “seria antiético você não construir uma responsabilidade com relação ao meio ambiente ou em termos social”. Além disso, como afirma o entrevistado da Instituição B, “se você não abordar a utilização sustentável, principalmente dos recursos naturais, aí você “está morto”. Percebe-se, desse modo, que está havendo maior empenho por parte das instituições em buscar incentivar a educação para a sustentabilidade, tendo em vista os diferentes acontecimentos que são identificados no contexto global.

Nas instituições pesquisadas, atividades sobre sustentabilidade também são realizadas de forma extracurricular. Além da abordagem disciplinar, há encontros de Iniciação Científica, palestras, congressos e campanhas sobre o tema ao longo do ano letivo. No entanto, pelos depoimentos dos entrevistados, percebe-se que são desenvolvidos projetos pontuais, realizados em determinados períodos do ano, e que em geral focam uma das três dimensões do tripé da sustentabilidade – econômica, social e ambiental. O entrevistado da Instituição I, por exemplo, afirma que a faculdade tem semana do meio ambiente, e da água, mas enfatiza: “Não temos um projeto durante todo ano, que seja de forma sistemática, aparece pontualmente”.

Já o entrevistado da Instituição E demonstra que essa desenvolve um projeto institucional denominado “Dia Social”, no qual os alunos vão fazer

ações em comunidades dentro da temática social. No contexto educacional, a atividade de extensão é bastante interessante, já que está sintonizada com a questão da construção coletiva, sendo necessário não apenas o repasse de informações formais, mas também o envolvimento de diversos atores no processo educacional. Essa interação contribui por trazer diferentes visões ao processo. No entanto, os relatos dos representantes das instituições indicam carência na educação para a sustentabilidade, que na maioria dos casos é realizada de forma pontual.

Tal fato acontece pelo não envolvimento das instituições com o tema no dia a dia, e pode indicar o fato de não haver o compromisso real para com teoria e prática dos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior estudadas. O trabalho realizado pelas instituições com os professores, também foi objeto de estudo, pois, apenas ressaltando a dimensão ambiental, Kraemer (2004, p. 5) afirma que:

Os professores são a peça fundamental no processo de conscientização da sociedade dos problemas ambientais, pois buscarão desenvolver, em seus alunos, hábitos e atitudes sadios de conservação ambiental e respeito à natureza, transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.

Além disso, é preciso atentar que nas práticas de ensino é possível mostrar como o aluno pode, também no mercado de trabalho e no desenvolvimento das diferentes funções gerenciais, considerar os aspectos econômicos, sociais e, os já citados, ambientais. Em relação a esses profissionais, é possível perceber que as instituições acreditam exercer alguns estímulos de comportamento em busca do desenvolvimento sustentável, porém, em geral eles visam à redução de despesas. A maioria das instituições de ensino superior pesquisadas possui programas voltados ao docente com objetivo de redução do consumo de material como papel e copos descartáveis.

Estas metas são passadas por meio de reuniões com o intuito de promover a conscientização necessária para a redução do consumo de água, energia e papel, principalmente. Há, ainda, uma instituição que não possui nenhum tipo de programa voltado aos professores, nem para a redução de despesas. O argumento apresentado foi “a gente espera que eles tenham essas

práticas, mas a instituição não possui programas especificamente para isso, isso é exigido dentro do perfil do profissional”, afirmou o entrevistado da Instituição F. Outro aspecto da pesquisa foi a promoção da matéria ambiental aos demais funcionários das instituições de ensino superior.

Este tópico está relacionado a outros dois princípios da Carta Copernicus, o da educação dos funcionários universitários e o de programas de educação ambiental. Têm como objetivo proporcionar educação, formação e encorajamento aos seus funcionários em matérias ambientais, para que eles possam desenvolver o seu trabalho de uma forma ambientalmente responsável. Após a pesquisa, ficou constatado que a preocupação central das IES, no que se refere à educação dos demais colaboradores é, assim como a que é voltada aos professores, à redução de despesas.

Identifica-se que essas questões são transmitidas para estes funcionários, por meio de reuniões, demonstrando como eles devem utilizar os recursos de forma consciente para que seja reduzido seu consumo e, conseqüentemente, sejam diminuídos os custos da instituição. O entrevistado da Instituição F, por exemplo, afirmou que a educação “está muito mais ligada ao econômico que à natureza. Isso serve para os professores também, mesmo estes tendo mais conhecimento sobre os impactos. Tudo está mais voltado à redução de despesas’.

Assim sendo, não foi constatado nenhum tipo de preocupação para a conscientização destes colaboradores em relação à matéria ambiental, para que possam levar para si comportamentos sustentáveis em seu dia a dia e para que eles possam transmitir às outras pessoas este comportamento. No entanto, é importante ressaltar algumas práticas desenvolvidas pelas instituições, e que podem auxiliar na busca da sustentabilidade. Três das Instituições, por exemplo, afirmaram realizar coletas seletivas, o que pode reduzir os impactos ambientais que os produtos utilizados em seu ambiente poderiam exercer.

Algumas realizam palestras, semanas de conscientização, mas apenas uma, a Instituição C, possui um núcleo de gestão ambiental, que, por meio de suas ações, procura envolver os alunos na temática e mostrar a importância de cuidar do ambiente. Além disso, assim como a Instituição E,

ela desenvolve projeto social; no entanto, diferente da já mencionada, não se trata de um projeto pontual, pois demonstra acompanhar com maior frequência o trabalho da comunidade e fornece suporte às atividades com papéis e garrafas recolhidos.

Em contrapartida, a Instituição B não demonstrou realizar projetos que envolvam a comunidade, mas fica visível a crença do representante da instituição de que as práticas responsáveis, dentro da organização, já estimulam seus alunos a desenvolverem práticas e pensamentos responsáveis no seu cotidiano, como afirmou seu entrevistado: “você conscientizando dentro da academia, isso repercute para fora da academia. É igual você falar de trânsito para uma criança de seis anos quando ela vai vendo o pai fazendo uma bobagem, ela vai e chama atenção do próprio pai. Tudo é educação”. Desse modo, essas práticas se estenderiam para toda a sociedade. Essa ideia sugere um envolvimento por parte da maioria das instituições com o princípio da ética ambiental e social, mencionada na Carta.

Outro ponto a ser analisado envolve a disseminação do conhecimento, outro princípio da Carta anteriormente citada, que afirma que as universidades devem apoiar esforços para suprir as falhas na atual literatura disponível aos estudantes, preparando material didático informativo. Na pesquisa, apenas uma instituição prepara algum tipo de material informativo, no caso panfleto informativo, que remete ao desenvolvimento sustentável. Os materiais utilizados em sala de aula são da literatura convencional e, às vezes, há a preparação por parte dos professores, de algum material de apoio. Além disso, identifica-se a produção de trabalhos relacionados ao tema em determinadas disciplinas, que tem como resultado artigos sobre o tema. Porém, isso é promovido diretamente pelos professores e não pela instituição.

Embora, em sua maioria, as instituições demonstrem algum envolvimento com a educação para a sustentabilidade, ao apresentar princípios de responsabilidade como disseminadores e estimuladores de debates e discussões junto à sociedade, percebe-se que nem todos os pontos indicados pela Carta Copernicus como necessários foram adotados pelas IES. Entre os dez princípios, não se identificam a realização de redes de trabalho,

de parcerias, nem de transferência tecnológica por parte das instituições estudadas.

Após analisar a visão dos coordenadores e professores sobre as práticas de ensino e de gestão, que as instituições desenvolvem e sua aproximação com o tema desenvolvimento sustentável, decidiu-se ampliar a discussão e analisar suas estruturas curriculares. Neste momento, o intuito não é propor novas disciplinas que abordem o tema de maneira direta, mas de aproveitar as existentes ao incluir elementos que as direcionem para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, utilizou-se como base a lei de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração (2005), para agrupar as disciplinas (Quadro 1) oferecidas pelas instituições em 3 eixos principais: formação básica, profissional e complementar – o eixo que trata de conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias não foram assim classificados e, quando analisados, foram inclusos nas classificações anteriores.

Quadro 1 Categorias que podem se relacionar com desenvolvimento sustentável

	Disciplinas	Categorias
Conteúdo de formação básica	Tópicos de Filosofia e Ética Profissional; Filosofia e Ética; Introdução à filosofia; Ética Empresarial; Ética e Filosofia para o administrador; Filosofia; Sociologia e Filosofia.	Filosofia e ética
	Introdução à Economia; Economia e Gestão; Macro e Microeconomia; Economia I e II; Globalização e Economia Brasileira; Economia e Gestão; economia e mercados; Economia Brasileira; Economia Internacional; Ambiente Econômico Global; Economia e Gestão do setor público; Economia das Empresas; Economia Política.	Economia
	Contabilidade Gerencial; Contabilidade I e II; Contabilidade Geral; Contabilidade Introdutória; Contabilidade Geral de Custos; Contabilidade e Gestão.	Contabilidade

	Disciplinas	Categorias
	Legislação Social; Gestão e Legislação Ambiental	Legislação Socioambiental
	Humanismo e Cidadania; Homem e Sociedade; Ciência Política; Psicologia e Comportamento Humano nas Organizações.	Estudos Humanísticos
Conteúdo de formação profissional	Evolução do pensamento administrativo; Introdução à Administração; Teoria Geral da Administração I e II; Administração Geral I e II; Administração.	Teoria Geral de Administração
	Gestão de pessoas I e II; Administração de Recursos Humanos I, II e III; Gestão de Pessoas e Liderança Gerencial; Introdução à Administração de RH; Avaliação de Desempenho; Planejamento de Recursos Humanos; Treinamento e Desenvolvimento de RH. Tópicos Especiais em RH; Chefia e Liderança; Liderança: atributos e atribuições; Administração de Cargos e Salários; Recrutamento e Seleção de pessoal; Relações Sindicais.	Gestão de Pessoas
	Logística Empresarial; Administração de Materiais; Administração de Materiais e Patrimônio; Logística; Logística Internacional; Gestão da Cadeia de Suprimentos; Gestão de Suprimentos e Logística; Gestão da produção e Operações I e II; Administração da Produção I e II; Gestão das Operações Produtivas; Planejamento e Gestão da Produção; Técnicas avançadas de Manufatura; Tópicos Especiais em Administração de operações; Administração de Operações; Gestão Operacional.	Gestão de suprimentos e operações

	Disciplinas	Categorias
	Gestão da Qualidade; Gerência da Qualidade; Gestão e Qualidade; Administração da Qualidade.	Qualidade
	Gestão Financeira; Planejamento Estratégico em Finanças; Matemática Financeira; Mercados Financeiros e de Capitais; Administração Financeira e Orçamentária I e II; Elementos de Mercado de Capitais; Gestão Financeira I e II; Planejamento e Orçamento Empresarial; Administração Financeira; Finanças e Orçamentos Públicos; Introdução a Finanças; Tópicos Especiais em Finanças.	Finanças
	Administração de Marketing I, II e III; Administração Mercadológica; Gestão de Marketing; Marketing e Negócios Internacionais; Marketing Global; Marketing de Serviços; Marketing Turístico; Estratégia de Marketing; Tópicos Especiais em Marketing; Gestão Mercadológica; Pesquisa de mercado.	Marketing
	Estratégia Empresarial; Comportamento Organizacional; Desenvolvimento Gerencial; Administração Estratégica; Planejamento e Estratégia Empresarial; Gerência Empresarial.	Estratégia
Conteúdo de formação complementar	Gestão Ambiental; Governança e RSE; Condições de Trabalho e Meio Ambiente; Responsabilidade Social nas Organizações	Responsabilidade Socioambiental
	Empreendedorismo; Empreendedorismo e Associativismo; Empreendedorismo e Plano de Negócios; Criação de Empresas	Empreendedorismo
	Libras; Língua Brasileira de Sinais; Introdução a Libras	Língua de Sinais

Como se pode observar no Quadro 01, o primeiro eixo refere-se aos conteúdos de formação básica, entre os quais se encontram Filosofia e Ética, Economia, Contabilidade, Legislação Socioambiental e Estudos Humanísticos. Para cada uma dessas categorias faz-se necessário o desenvolvimento de ações, que podem ser iniciadas pelo professor, mas que não podem se restringir às ações do mesmo, pois precisam de uma construção coletiva no sentido de melhor trabalhar a educação para a sustentabilidade nas disciplinas. São áreas que trabalham com aspectos mais coletivos e que, portanto, possuem um grande peso na construção do pensamento responsável do aluno, como cidadão no ambiente acadêmico.

Na categoria de Filosofia e Ética, o professor pode trabalhar com a ideia de estímulo à criação do respeito pelos valores humanos essenciais em todas as atividades de negócios, bem como cotidianas, deve ainda demonstrar o respeito necessários pelas tradições locais, tanto organizacionais como locais, bem como ressaltar a importância de analisar o contexto em seus processos decisórios (DONALDSON, 2005). No que se refere à categoria Economia, torna-se possível incluir nas discussões assuntos tanto oferta e demanda de produtos sustentáveis, como a participação deles no mercado, além de demonstrar a necessidade de trabalhar com políticas que não se restrinjam a aspectos econômicos, abordando questões ambientais e sociais.

No tocante às disciplinas de contabilidade, seria interessante iniciar discussões na área de contabilidade ambiental, incluindo assuntos como passivo ambiental, por exemplo. O intuito dessa proposta é “reequilibrar o tratamento dos custos e benefícios ambientais na prática da contabilidade convencional” (ELKINGTON, 2001, p. 85). As outras categorias que foram identificadas, por apresentarem um caráter macro, devem levar em consideração as especificidades de sua abordagem de modo a direcionar os assuntos trabalhados em sala de aula, com o papel de responsabilidade que o indivíduo possui, principalmente no que se refere à questão legislativa e aos estudos da relação entre o homem e a sociedade.

No segundo eixo, que congrega as disciplinas de formação profissional, incluem-se as categorias Teoria Geral da Administração, Gestão de Pessoas, Gestão de Suprimentos e Operações, Qualidade, Finanças, Marketing e

Estratégia. Os professores, ao ministrar as disciplinas que compõem a primeira categoria, devem enfatizar a necessidade do pensamento sistêmico, de analisar não apenas os aspectos econômicos quando de uma tomada de decisão, mas também outros, como os ambientais e sociais. Quando forem abordar especificamente a teoria de sistemas, por exemplo, é necessário destacar as relações de troca com o meio ambiente e a dependência delas para o equilíbrio do sistema.

Em outro ponto, Gestão de Pessoas, o professor deve buscar transmitir a importância do respeito aos funcionários e da valorização das relações no ambiente; assim, a dimensão social pode ser contemplada. No entanto, para a organização conseguir seus objetivos ela deve criar um sentimento de consciência coletiva, que estimule comportamentos coerentes com os compromissos adotados pela organização (KRUGLIANSKAS et al., 2009). O professor pode então abordar temas que versem sobre a identificação pessoal com os propósitos empresariais.

Por sua vez, os professores que lecionam disciplinas das categorias Qualidade e Gestão da Cadeia de Suprimentos e Operações necessitam enfatizar a importância da gestão de recursos, de redução de desperdício, do aumento da eficiência e como essas ações podem diminuir os impactos ambientais que a empresa pode causar. Além disso, como Chen e Paulraj (2004) e Morgan e Hunt (1994) afirmam que um dos princípios da gestão da cadeia de suprimentos é o compartilhamento de valores, é possível enfatizar a necessidade de assumir valores ambientais e sociais e tentar disseminá-los por toda a cadeia. Para subsidiar esse tipo de conduta os professores podem trazer à discussão assuntos como cadeia de suprimentos verdes e sustentáveis.

No que se refere às disciplinas de *marketing*, é importante que os professores entendam e exponham aos alunos que a questão ambiental é uma variável importante a ser considerada. Esses profissionais precisam captar e enfatizar a importância que essa questão tem para os consumidores, e demonstrar a necessidade de valorizá-las. Eles podem, inclusive, demonstrar como é possível se apropriar dessa preocupação para desenvolver práticas e produtos, que lhes possibilitem ganhos de imagem e valorização de marca.

Como afirmaram alguns respondentes da pesquisa, os professores podem trabalhar ainda com a questão do estímulo ao consumo consciente nas práticas cotidianas do indivíduo.

Quando as disciplinas são de estratégia, é possível incluir na discussão questões como a assimilação de valores da gestão socioambiental de forma ampla. Ou seja, é preciso demonstrar a importância do tema e fazer com que se entenda que a instituição não pode apenas gerenciar e tentar reduzir os impactos ambientais; esse deve ser o estágio inicial, mas é preciso ir além e definir diretrizes que objetivem equilibrar as dimensões social, econômica e ambiental desde o design do processo, aproximando as estratégias da empresas à visão do *Triple Top Line*, descrita por McDonough e Braungart (2002).

Quanto se trabalha com os conteúdos de formação complementar, identificam-se, mesmo que de forma indireta, preocupações com questões mais responsáveis junto ao alunado, na medida em que se demonstra nessas disciplinas aspectos que auxiliem na educação para a sustentabilidade. A categoria Responsabilidade Socioambiental indica a apresentação por parte das instituições de aspectos inerentes ao papel responsáveis que as organizações possuem com a sociedade, podendo esta ser considerada como uma das disciplinas essenciais na construção de um administrador.

Percebe-se ainda, que em algumas instituições são trabalhadas disciplinas que envolvem a Língua de Sinais. Este ponto indica uma preocupação de melhoria na comunicação existente entre os surdos-mudos e os demais integrantes da sociedade, o que sugere um grande envolvimento e a apresentação da responsabilidade da instituição para com a sociedade. Por fim, trabalha-se com a ideia do Empreendedorismo como área interdisciplinar, que não deve se restringir apenas aos aspectos tecnológicos, pois é possível estimular o desenvolvimento de pesquisas e novas práticas que levem em consideração todas as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Depois da apresentação de resultados e das considerações, pode-se constatar que as Instituições de Ensino Superior do Recife necessitam exercer mais seu papel de transformar a sociedade e formar cidadãos, por meio do estudo das temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Capra (2003) sugere que para haver mudanças para um futuro sustentável, é necessário mais do que uma expansão de conceitos e de maneiras de pensar, ou seja, a criação de novos valores é fundamental.

Assim, percebe-se que as IES estarão cumprindo seu papel de responsabilidade ao mostrar que, na educação, o conhecimento deve ser oferecido como objeto de reflexão da sociedade, permitindo formar cidadãos conscientes sobre as questões que os circundam. Após esta conscientização, os alunos estariam mais interessados e aptos a propor soluções para os problemas atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é uma das formas de conscientizar a sociedade da importância do desenvolvimento sustentável, pois é um dos meios que possibilita informações sobre a magnitude dos problemas socioambientais existentes e suas consequências para a população mundial. Diante desses aspectos, torna-se visível a importância da existência e da continuidade da educação para a sustentabilidade, que, na educação formal, deve ter início nos primeiros anos de estudo e perpassar por toda a educação básica, ensino superior e ter sequência nos cursos de formação específica – assegurando a educação continuada, princípio da Carta de Copernicus. Sendo assim, a educação para a sustentabilidade criará oportunidades para os alunos desenvolverem progressivamente suas ações direcionadas à sustentabilidade, estimulando a percepção de uma nova maneira de se pensar com responsabilidade.

Para as Instituições de Ensino Superior da cidade do Recife, abordar o tema desenvolvimento sustentável é interessante, devido, entre outros fatores, à sua crescente importância nos dias atuais. Disciplinas, palestras, congressos e programas voltados ao tema são comuns entre estas instituições, mas ocorrem pontualmente. É necessário focar mais nos problemas gerados com a produção e o consumo impulsivo para que os alunos adquiram a consciência necessária, tanto como administradores de uma organização quanto no momento em que forem consumir um produto. Essa responsabilidade das IES tem que ser transformada em práticas voltadas à preparação dos alunos para que estes colaborem na construção de um futuro viável a todos.

Baseando-se no que Kraemer (2004) afirma ser o papel das Instituições de Ensino Superior, sugere-se que estas instituições concebam soluções racionais para os problemas ambientais, por meio do estímulo a reflexões e trabalhos de pesquisa. Além disso, no planejamento da estrutura curricular e de atividades extracurriculares devem ser considerados os princípios e valores que a instituição pretende transmitir (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2000). Se os trabalhos desenvolvidos dentro da instituição forem bem absorvidos pelos estudantes, eles terão efeito multiplicador, pois, “cada

estudante, convencido das boas ideias de sustentabilidade, influencia o conjunto, a sociedade, nas mais variadas áreas de atuação” (KRAEMER, 2004, p.2).

Durante o processo de pesquisa, observou-se que é incipiente a importância dada ao tema nestas instituições, o que pode ser verificado por meio da análise das atividades desenvolvidas que, em geral, envolve apenas um dos aspectos do desenvolvimento sustentável por projeto de trabalho, sugerindo assim pouca prática da educação para a sustentabilidade. Apesar disso, ficou claro, com base na identificação dos princípios da Carta Copernicus, que as instituições em sua maioria apresentam práticas responsáveis, salientando-se o não reconhecimento de pelo menos dois dos princípios selecionados.

As estruturas curriculares encontram-se pouco flexíveis no que se refere à temática, não havendo uma variedade de disciplinas que abordem especificamente o tema e, quando existem, em geral, são disciplinas eletivas. Na visão de Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), os administradores não devem continuar sendo apenas solucionadores de problemas, e sim promotores de novas relações produtivas e sociais dentro de um contexto maior de responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável. Desse modo, os autores sugerem que algumas disciplinas podem ser implantadas na estrutura curricular de instituições no curso de Administração, entre as quais: Gestão Ambiental, Mercado, Negócios e Meio Ambiente; Economia Ambiental, Ecoempreendimentos; Ambientalismo e Movimentos sociais.

Embora a pesquisa tenha concentrado sua análise no ensino superior, que é parte integrante da educação formal, faz-se necessário ressaltar que a educação, de forma geral, e a educação para a sustentabilidade, de forma específica, devem ser consideradas como construções coletivas. Sendo assim, não são essas responsabilidades apenas das instituições de ensino ou dos professores, mas, sim de toda a sociedade, que deve estar comprometida com o desenvolvimento das pessoas como cidadãos e com o impacto positivo, que os valores trabalhados pela educação podem gerar nos meios social, ambiental e econômico.

Quanto às limitações do estudo, destaca-se o número reduzido de instituições que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa, se comparado ao número existente. Ressalta-se, então, a necessidade da realização de pesquisas em um núcleo maior de instituições. Outra limitação é ter sido o objeto de estudo somente o curso de administração, uma vez que outros cursos de nível superior também têm papel fundamental na formação de cidadãos, e podem ser trabalhados em pesquisas futuras na identificação de como a questão da educação para a sustentabilidade está sendo abordada nos diferentes cursos superiores. Portanto, sugere-se a execução de pesquisas futuras acerca da evolução da importância que as Instituições de Ensino Superior têm dado ao tema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. *Gestão Ambiental: Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

ARAGÃO NETO, D. *Educação Ambiental nas Universidades: Reflexões sobre o processo ensino-aprendizagem da Educação Ambiental*. Volta Redonda, 2010. 55 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente) – Programa de Mestrado Profissional, UniFOA.

BAPTISTA, D. H. S. *Fundamentos para uma educação na sustentabilidade planetária*. 2009. Disponível em: <www.fae.edu/seminario_sustentabilidade/educacao/Diego%20Baptista.pdf>. Acesso em: 02/10/2010.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 4. Ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Lei nº 9795/99. 1999. Planalto Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 06/11/2010.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/96. 1996. Ministério da Educação. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 06/11/2010.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração*. Resolução nº04. 2005. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 14/06/2010.

BRASIL. *Informações sobre Instituições do Ensino Superior*. Ministério da Educação. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 14/06/2010.

BOFF, L. *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAPRA, F. *As conexões ocultas*. IDESA, São Paulo, 2003.

CARTA UNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Programa Copérnico*. Geneva: 1994. Disponível em: <<http://www.eticus.com/documentacao.php?tema=1&doc=12>>. Acesso em: 14/06/2010.

CASTRO, R. S.; LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo, 2002.

CHEN, A., I. J.; PAULRAJ, A. *Towards a theory of supply chain management: the constructs and measurements*. Journal of Operations Management, v. 22, p. 119-150, 2004.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 8.ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DONALDSON, T. Valores sob tensão: Ética longe de casa. In: RODRIGUEZ, M. V. R.

- (Org.). *Ética e Responsabilidade Social nas Empresas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makroon Books, 2001.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra; 1979.
- GADOTTI, M. *A Ecopedagogia como pedagogia apropriada ao processo da Carta da Terra*. 2005a. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/meio_ambiente/umapaz/cartadaterra/0001/Ecopedagogia.doc>. Acesso em: 21/12/2010.
- GADOTTI, M. *Saber aprender: Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação*. Congresso Internacional Évora, Évora: 2000. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0043>>. Acesso em: 15/07/2010.
- GIACOMINI FILHO, G. *Meio Ambiente & Consumismo*. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2008.
- GRANGEIRO, L. H. F. *Paulo Freire iluminando os caminhos da educação ambiental: diálogos contemporâneos e decálogo inspirador e ressignificador de novas concepções e práticas*. 2009. 334 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental). Programa Interuniversitario em Educacion Ambiental da Universitat de les lles Balears/ Espanha, 2009.
- GRÜN, M. A. *Outridade da Natureza na Educação Ambiental*. In: CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. *Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- IRMÃO, J. F. *Desenvolvimento sustentável: agricultura e meio ambiente*. Recife: Editora dos Autores, 2006.
- JACOBI, P. *Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. Educação e Sociedade, v. 31, n. 2, p.233-250. São Paulo, 2005.
- JACOBI, P. *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p.189-205, 2003.
- KRAEMER, M. E. P. *A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável*. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM. v. 3, n. 2. 2004.
- KRUGLIANSKAS, I.; ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A. *Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio*. São Paulo: Atlas, 2009.
- LIMA, M. C. *Monografia: a engenharia da produção acadêmica*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MCDONOUGH, W.; BRAUNGART, M. *Design for the Triple Top Line: New tools for the sustainable commerce*. Corporate Environmental Strategy, v. 9, n.3, 2002.
- MORALES, A. G. M. *Processo de institucionalização da educação ambiental*. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. *Educação Ambiental – Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos*. Curitiba: SEED, 2008.
- MORGAN, R. M.; HUNT, S. D. *The commitment-trust theory of relationship marketing*. *Journal of Marketing*, v. 58, n. 1, p. 20-38, 1994.

- OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Recife: Bagaço, 2005.
- PEREIRA, C. M. M. C.; MARÓN, J. R. L.; FREITAS, M. J. C. C.; MAGALHÃES, H. G. D. *Ecopedagogia: Uma nova pedagogia com propostas educacionais para o desenvolvimento sustentável*. Educação Técnica Temática – ETD, v. 8, n. 2, p. 80-89, 2007.
- PERNAMBUCO, M. M.; SILVA, A. F. G. Paulo Freire: a educação e a transformação do mundo. In: CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. *Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SALGADO, M. F. M. A.; CANTARINO, A. A. O papel das instituições de ensino superior na formação socioambiental dos futuros profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2006.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SCHUMACHER, E. F. *Lo pequeno es hermoso*. 3. Ed. Espana: Tursen S.A, 2001.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- SILVA, M. E. *Consumo Sustentável: Em busca de um constructo*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA, 12, 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2010.
- TOZONI-REIS, M. F. C. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- WCED – World Comission on Environment and Development. *Report Our commom future*. Genebra, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 15/07/2010.

DADOS DOS AUTORES

MINELLE ENÉAS DA SILVA* *minele.adm@gmail.com*

Mestre em Administração Universidade Federal de Pernambuco

Instituição de vinculação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre/RS – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Consumo sustentável, Cadeia de suprimentos, Educação para a sustentabilidade, Ética.

*Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235

Cidade Universitária Recife-PE 50670-901

ANA PAULA MACHADO CORRÊA *amachado.correa@gmail.com*

Graduada em Administração pela FCAP/UPE

Instituição de vinculação: Universidade Federal de Pernambuco

Recife/PE – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Educação para a sustentabilidade, consumo sustentável, logística reversa.